

# POLÍTICA DE ATER E OS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO ESTADO DE MATO GROSSO: FATOS E EVIDÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

*José Roberto Rambo<sup>1</sup>; Murilo Didonet de Moraes<sup>2</sup>; Gilmar Laforga<sup>3</sup>; Raimundo Nonato Cunha de França<sup>4</sup>; Antonio Lázaro Sant'Ana<sup>5</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho foi analisar como os agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) veem a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e se este está atendendo as demandas produtivas cotidianas. A pesquisa teve como foco de investigação o PAA nos municípios de Juína, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra no estado de Mato Grosso e foi desenvolvida entre os meses de junho e setembro de 2015, com agricultores familiares assentados pela reforma agrária e beneficiários do PAA. Observou-se ausência ou pouca representatividade das ações de ATER aos agricultores familiares assentados que participam do PAA nestes municípios. Entretanto, os entrevistados demonstraram, em maior proporção, a importância que as ações de ATER têm para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades cotidianas. Dessa forma, nota-se a importância de as políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar estarem articuladas entre si, em especial os serviços de ATER para os agricultores familiares fornecedores do PAA, de modo que haja um fortalecimento mútuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** PNATER; Produção; Assentamento; Reforma Agrária.

<sup>1</sup>Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

<sup>2</sup>Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

<sup>3</sup>Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

<sup>4</sup>Professor Adjunto do Curso de Agronomia - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso Campus Universitário de Tangará da Serra/MT

<sup>5</sup>Livre Docente -Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

**ABSTRACT:** The objective of this work was to analyze how family farmers beneficiaries of food acquisition Program (PAA) see the importance of services of technical assistance and rural extension (ATER) and if this is in view of the daily production demands. The research focused on the PAA in the municipalities of Juína, São José dos Quatro Marcos and Tangará da Serra in the State of Mato Grosso, Brazil, and was developed between June and September of 2015, with family farmers settled by agrarian reform and beneficiaries of the PAA. It was noted the absence or lack of representativeness of stick to family farmers settled that participate in the PAA in these municipalities. It was noted the absence or lack of representativeness of ATER's actions to family farmers settled that participate in the PAA in these municipalities. However, respondents demonstrated in greater proportion, the importance that actions of ATER have to satisfactory development of their everyday activities. In this way, the importance of public policies directed to the segment of family farm be articulated among themselves, in particular the services of ATER to family farmers from PAA, so that there is a mutual strengthening.

**KEYWORDS:** PNATER; Production; Settlement; Agrarian Reform.

## INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, nos últimos 20 anos, ocorreram importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional. À partir de meados da década de 1990, emergiram políticas públicas no Brasil voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento rural e que incluíam programas e ações, especificamente direcionados à agricultura familiar (DIAS et al., 2013). No contexto dessas transformações, pode-se citar a regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996; no ano de 2003 a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pela Lei nº. 10.696/2003 como parte da política de fortalecimento da agricultura familiar, direcionada especificamente à aquisição, pelo governo, de alimentos produzidos por essa agricultura (BRASIL, 2003). Os agricultores para participarem do PAA devem se enquadrar nas regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ocorre,

Lei de ATER não se limite ao campo teórico, ainda são necessárias ações locais e efetivas. O trabalho desenvolvido por Moraes et al. (2013) levantou alguns aspectos da ATER na Microrregião de Andradina, no estado de São Paulo (processos de formação profissional intermitente, a atuação de extensionistas orientados às formas convencionais de produção e a baixa qualidade, e até mesmo nulidade, dos serviços de ATER prestados) que demonstram a necessidade de mudanças imediatas a fim de se superar as variadas limitações dos serviços disponibilizados aos agricultores familiares.

O objetivo deste trabalho foi analisar como os agricultores familiares beneficiários do PAA veem a importância da ATER e se o serviço está atendendo as demandas produtivas cotidianas destes em assentamentos da reforma agrária de três municípios do estado de Mato Grosso.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve como foco de investigação o Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios de Juína<sup>6</sup>, localizado na Mesorregião Norte do Mato Grosso, São José dos Quatro Marcos<sup>7</sup> e Tangará da Serra<sup>8</sup>, pertencentes a Mesorregião Sudoeste do Mato Grosso, tendo como base a pesquisa com 39 agricultores familiares assentados pela reforma agrária beneficiários do programa<sup>9</sup>, que participaram de ao menos duas das edições dos projetos do PAA conforme especificado no quadro 1.

A seleção dos sujeitos pesquisados ocorreu a partir do contato prévio com os mesmos, tendo técnica *snowball*, isto é, cada entrevistado indicava outro até a informação se repetir ou voltar ao primeiro indicado (BIERNACKI, WALDORF, 1981).

Este trabalho pode ser classificado, quanto à abordagem metodológica, como de caráter descritivo, pois busca descrever as características de determinada população (neste caso, os agricultores familiares beneficiários do PAA em três cidades do estado de Mato Grosso) e traçar uma relação entre elas (GIL, 2002). Empregaram-se, para isto, artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática e a análise dos dados (MARCONI, LAKATOS, 2017).

<sup>6</sup> Unidade Executora Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (AJOPAM).

<sup>7</sup> Unidade Executora Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana (APRAS).

<sup>8</sup> Unidades Executoras Associação Comunitária Antônio Conselheiro Vale do Tarumã no ano de 2010 e Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Tangará da Serra e Região (Coopervida) em 2011 e 2014.

<sup>9</sup> Especificamente em Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária do Programa Nacional de Reforma Agrária nos municípios de Juína (Projeto de Assentamento (PA) Iracema I, Iracema II e Iracema III), São José dos Quatro Marcos (PA Florestan Fernandes e PA Santa Rosa I) e Tangará da Serra (PA Antonio Conselheiro).

administrativamente, pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (AGAPTO et al., 2012).

Os alimentos adquiridos pelo programa têm como destino: a) o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; b) o abastecimento da rede socioassistencial; c) o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; d) o abastecimento das redes de públicas de ensino e de saúde, das unidades de internação do sistema socioeducativo e dos estabelecimentos prisionais; e) a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda; f) abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta; e g) o atendimento a outras demandas definidas pelo GGPA (BRASIL, 2017).

Em 2003, de acordo com Caporal (2005), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a ser responsável pelas atividades de ATER (assistência técnica e extensão rural). Por delegação de uma de suas secretarias (Secretaria da Agricultura Familiar – SAF), um grupo de técnicos coordenou a elaboração da política a partir um amplo processo de consulta. Foram realizadas audiências, encontros e seminários, envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de ATER governamentais e não governamentais. Este processo, democrático e participativo que envolveu mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas, levou à construção de alguns consensos e a um conjunto de acordos que culminaram no documento que sintetiza a PNATER, em 2004.

Mais recentemente foi sancionada a Lei nº 12.188/2010 (conhecida como Lei de ATER), que instituiu uma nova versão da PNATER, com algumas alterações significativas em relação à primeira versão. Nesta, observa-se a presença dos princípios de base ecológica com enfoque para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar e considerando os conhecimentos científico, empírico e tradicional (BRASIL, 2010). Embora a primeira versão da PNATER tenha sido construída de forma democrática, a Lei de ATER (que atualmente rege todas as ações de ATER em âmbito nacional) tem sido criticada por alguns autores (CAPORAL, 2011; DINIZ et al., 2011) por não ter incorporado todos os avanços alcançados e nem ter sido amplamente discutida com a sociedade.

Entretanto, para que o avanço possibilitado pela institucionalização da

**Quadro 1-** Municípios, Anos e Número de Agricultores Familiares assentados participantes da pesquisa.

Município	Ano				Agricultores Familiares
	2010	2011	2012	-	
Juína	2010	2011	2012	-	8 <sup>1</sup>
São José dos Quatro Marcos	2010	2011	2012	2014	17 <sup>2</sup>
Tangará da Serra	2010	2011	-	2014	14

**Fonte:** Elaboração dos autores, 2018.

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre os meses de junho e setembro de 2015, com a aplicação de formulário de perguntas abertas e fechadas. As questões englobavam temas como a caracterização do recebimento dos serviços de ATER, dos responsáveis pelo serviço, os motivos do recebimento do serviço e a importância do serviço para a família; e foram perguntadas e anotadas pelo entrevistador no contato face a face com o entrevistado (PÁDUA, 2004).

A análise dos dados foi realizada a partir da tabulação dos dados levantados pela aplicação dos formulários. Os dados e sistematizações são apresentados textualmente na forma de frequência relativa (estatística descritiva).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se trata da produção agrícola, em especial a relacionada ao segmento da agricultura familiar, é notório o surgimento do comentário relativo à ausência dos serviços de ATER. No caso dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra e que estão a comercializar sua produção via PAA e outros mercados, essa situação não é diferente, uma vez que todos os entrevistados disseram não ter recebido nenhum tipo de serviço de ATER no lote.

Castro (2015) afirmar que, historicamente no Brasil, os pequenos agricultores sempre foram marginalizados no acesso a ATER. Até mesmo no período mais pulsante da extensão rural pública (quando ainda existia a Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), o foco das instituições públicas era, prioritariamente, os médios e grandes proprietários e os produtos voltados ao mercado externo. No entanto, continua o autor, a presença de um sistema público e gratuito de ATER somente justifica-se pela importância da agricultura familiar, pelos benefícios que os serviços de ATER promovem no âmbito do desenvolvimento rural

e da produção agropecuária e pela dificuldade de parte desse público em pagar por esse serviço.

De acordo com Batalha et al. (2005), a insuficiente disponibilidade de assistência técnica é um dos motivos que explicam os resultados abaixo do esperado no que se refere a aplicação das tecnologias de gestão pela agricultura familiar. Tais tecnologias são de fundamental importância para o bom andamento de políticas de compras governamentais como o PAA, o qual exige um aperfeiçoamento técnico, gerencial e organizacional do produtor.

Entretanto, existem algumas peculiaridades em Juína e São José dos Quatro Marcos que merecem ser discutidas. Em Juína, diferentemente de Tangará da Serra, 12,5% dos entrevistados afirmaram ter recebido serviço de ATER no lote. Número próximo a esse foi observado em São José dos Quatro Marcos, onde 20% disseram ter recebido serviços de ATER no lote.

Porém, em Juína, o serviço de ATER presente no lote se deve à realização de projeto do PRONAF, ou seja, se apresenta de caráter não continuado e busca atender necessidade pontual, visto que somente uma visita foi realizada EMPAER<sup>10</sup>.

Já em São José dos Quatro Marcos, ao realizarmos um comparativo local, observa-se que no PA Santa Rosa I 57,14% dos entrevistados disseram ter recebido o serviço de ATER<sup>11</sup>, em contraposição ao PA Florestan Fernandes, em que somente 10% dos entrevistados disseram ter recebido o serviço<sup>12</sup>. Porém, deve-se citar que o serviço de ATER recebido pelos agricultores, não tem como principal foco das visitas às atividades vinculadas a comercialização com o PAA, pois foram para atender basicamente demandas da atividade leiteira<sup>13</sup>, a qual não está vinculada ao Programa, entretanto é a principal atividade agropecuária dos agricultores e do município.

Os dados apresentados por Guanzirolí et al. (2012) demonstram que a assistência técnica pouco evoluiu no atendimento aos agricultores familiares. O último censo realizado aponta que apenas 20,88% dos agricultores familiares teriam recebido assistência técnica em 2006, contra 16,67% em 1996. Nota-se que o resultado encontrado pelos autores se assemelha ao

<sup>10</sup>Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER.

<sup>11</sup>Somente 14,28% dos entrevistados receberam serviços de ATER pela EMPAER, com visitas voltadas as atividades agrícolas comercializadas com o PAA.

<sup>12</sup>Com a realização de cinco visitas pelo filho do produtor que trabalha em Empresa de Comercialização de Insumos Agropecuários.

<sup>13</sup>As visitas do serviço de ATER foram realizadas pela COOPNOROESTE (Cooperativa Agropecuária do Noroeste do Mato Grosso Ltda.) e envolveram 42,85% dos entrevistados, para 14,28% dos entrevistados foram realizadas uma visita e para 28,57% dos entrevistados foram realizadas três visitas.

observado em Juína e São José dos Quatro Marcos.

Além disso, segundo Guanziroli et al. (2012), a baixa disponibilidade de assistência técnica para os agricultores familiares fragiliza dois de seus importantes eixos: o uso de adubos e corretivos e o fortalecimento do processo associativista. Deve-se destacar que estas duas características estão fortemente associadas àqueles produtores que passam a utilizar o PAA, conforme destaca Chmielewska et al. (2010). Diante disso, a presença da assistência técnica pode auxiliar para que os processos de mudança nas práticas produtivas e organizacionais observados a partir do PAA se mantenham e sejam ampliados.

Com relação à importância do serviço de ATER, os agricultores familiares de Juína foram unânimes em ressaltar a relevância de tal ação para o bom desenvolvimento de suas atividades. Para os entrevistados, o serviço do técnico(a) da ATER serviria para “[...] estar orientando a gente” (Entrevistado 7), sendo que este auxílio não estaria voltado a somente um

agricultor, mas a muitos, em suas palavras: “[...] ajudaria não só para mim.” (Entrevistado 6).

A opinião do entrevistado acima é corroborada por Wanderley (2003). Segundo a autora, o desenvolvimento da atividade agrícola exige um crescente domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas, além de um controle gerencial por meio de uma nova contabilidade. Neste sentido, a modernização transforma a agricultura numa profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que carece dos serviços de assistência técnica.

Em Tangará da Serra 92,86% dos entrevistados, porém, consideram o serviço importante, ou até mesmo “essencial” (Entrevistado 6), em especial se direcionado a dar possibilidades de “[...] produzir mais e melhor” (Entrevistado 13). Por outro lado, 7,14% não veem o serviço como importante. Este fato pode ser decorrente de experiências negativas, uma vez que um dos entrevistados afirmou que: “[...] fez PRONAF, a assistência não veio [...]” (Entrevistado 8).

Os dados acima apontam duas contrastantes percepções em relação ao serviço de ATER: àqueles que o considera importante - porção mais representativa dos entrevistados - e àqueles outros que não o considera fundamental às suas atividades. Neste segundo grupo, ressalta-se a descrença do entrevistado ao citar um caso mal sucedido. O trabalho de Taveira e Oliveira (2008), o qual verificou o serviço de extensão rural na perspectiva

dos agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP, nos auxilia na explicação deste caso. Neste trabalho, ficou evidente que havia grupos insatisfeitos com o serviço de ATER prestado em todos os assentamentos pesquisados. O grupo de assentados com opiniões mais negativas assinalou a necessidade do serviço de ATER flexibilizar suas abordagens aos diferentes públicos, de modo a atender as diferentes características socioeconômicas, produtivas e tecnológicas, as quais, por sua vez, requerem novas formas de atuação.

Ao associar esse resultado com a opinião do entrevistado, vislumbra-se um ponto em comum: o descrédito dos agricultores frente às entidades que prestam ou prestaram algum serviço de ATER. É provável que o agricultor entrevistado venha de experiências pouco eficientes e que não melhoraram sua condição de vida, criando assim obstáculos a qualquer ação de ATER. Tal fato deve ser observado e servir como referência a qualquer entidade que futuramente vier a trabalhar neste Assentamento.

Em São José dos Quatro Marcos, 88,24% dos entrevistados consideram que o serviço de ATER é importante para desenvolver suas atividades, uma vez que o agricultor familiar é possuidor de “[...] tantas dúvidas” (Entrevistado 15) e a presença da assistência técnica colabora, segundo os agricultores em “[...] coisa que não está saindo bem” (Entrevistado 4). Com relação aos outros 11,16% que não consideram o serviço de ATER como importante para o lote, a principal justificativa está no fato de trabalharem desde a infância com atividades agrícolas e pecuárias e, por isso, “[...] já sabe produzir” (Entrevistado 10). A presença do técnico, para outro entrevistado, é dispensável, pois o serviço de ATER visualizado não vem de encontro às demandas do dia-a-dia da propriedade, fator justificado em sua fala: “[...] EMPAER só faz projeto, e não dá assistência” (Entrevistado 13).

Andrade et al. (2014) comentam que o descrédito na ATER em Araras-SP pelos agricultores familiares é devido ao fato da ação do serviço oficial público se limitar a aspectos burocráticos de desenvolvimento dos assentamentos, ou seja, não atender aos anseios e necessidades do dia-a-dia dos agricultores.

Diferentes autores apontam que os serviços de assistência técnica continuada são capazes de dar apoio ao planejamento da unidade produtiva familiar, sendo que a falta dessa ação pode ser considerada um problema estruturante ao PAA (SAMBUICHI et al., 2014; VALNIER; RICCI, 2013; D’ÁVILA; SILVA, 2011; GRISA et al., 2011). Segundo os autores, a ausência dos serviços de ATER pode até mesmo inviabilizar o acesso dos

agricultores ao Programa, já que sua presença, quando efetiva e continuada, poderia proporcionar condições de acesso aos recursos disponibilizados em sua totalidade, isto é, organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA. Dessa forma, a concretização do PAA parece estar associada à prestação de um serviço de ATER eficiente, pois as duas políticas públicas objetivam o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, de modo que o fortalecimento de uma engrandecerá a outra.

Becker e Anjos (2010), pesquisando no sul do estado do Rio Grande do Sul, trazem a confirmação que o diferencial dos agricultores familiares fornecedores ao PAA da região em relação aos demais é o fato de 93,3% dos entrevistados terem recebido algum tipo de assistência técnica no último ano agrícola, serviço este que auxiliou no planejamento das atividades produtivas e na organização social da produção.

Nesse sentido, Muller, Fialho e Schneider (2007, p. 25) comentam que, para os municípios gaúchos de Pelotas e São Lourenço do Sul, o “saber fazer” acumulado pelo CAPA<sup>14</sup> com relação às políticas públicas para a agricultura familiar, principalmente articulando uma rede de organizações e cooperativas e prestando assistência técnica aos integrantes destas, fez a diferença na operacionalização do PAA, demonstrando-se com isto o quanto o papel da assistência técnica pode contribuir na produção e, principalmente, na organização da produção e da comercialização, mesmo que a agência oficial de ATER estadual não tenha se envolvido com as ações do programa.

Por outro lado, constata-se que a ausência de articulação das políticas públicas e a deficiência dos serviços de ATER dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares (MATTEI, 2007; DORETTO; MICHELLON, 2007; HESPANHOL, 2009; HOLANDA, 2012; MELO; FIGUEIREDO, 2012; VELOSO; HESPANHOL, 2012; QUEIROZ et al., 2015; SCHEUER et al., 2016). Ao contrário, caso fossem presentes, muito poderiam contribuir, em especial no planejamento para a participação desses produtores no PAA a médio prazo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstraram a ausência de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares assentados da reforma agrária que participam do PAA no município de Tangará da Serra. Nos casos em que esteve presente (Juína e São José dos Quatro Marcos), a baixa representatividade,

<sup>14</sup>Centro de Apoio ao Pequeno Produtor – ONG.

a efemeridade e a desigualdade entre os assentamentos atendidos foram características marcantes.

No âmbito da importância dos serviços de ATER prestados, ao mesmo tempo em que demonstraram o descrédito perante as entidades fornecedoras do serviço, os agricultores transpareceram, em maior proporção, a importância de tais ações para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades cotidianas.

Dessa forma, as políticas públicas dirigidas ao segmento da agricultura familiar devem ser articuladas entre si, em especial os serviços de ATER para os agricultores familiares fornecedores do PAA que, junto com suas organizações, seriam beneficiários das ações do Estado, com melhorias na organização, no planejamento, na produção e na comercialização de seus produtos.

### AGRADECIMENTO

A Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT pelo financiamento do Projeto de Pesquisa “Política pública na agricultura familiar matogrossense: uma análise do PAA em assentamentos nos municípios de Tangará da Serra, Juína e São José dos Quatro Marcos” Edital Universal Doutor FAPEMAT 003/2014.

### REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21. 2012.

ANDRADE, F. R. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. Limites para o desenvolvimento do programa de aquisição de alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 225-244, 2014.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos:

EduFSCar, 2005.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72. 2010.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163. 1981.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Altera o Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de novembro de 2017. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p.1-7, dez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. 2005. 14p. Disponível em: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Pnater-primeiros-passos>. Acesso em: 20/03/2017.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência

técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, jul/dez, 2015.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe**. Brasília: IPEA, 2010 (Texto para Discussão, 1510).

D'ÁVILA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 15, n. 2, p. 335-346. 2011.

DINIZ, P. C.; TAVARES, J. L.; ALMEIDA, A. Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. Recife: UFRPE. 2011. 16p.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Orgs.). **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7, n. 27, p.107-138. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DISABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr/jun, 2012.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de aquisição de alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p. 64-87, 2009.

HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vale do Curu e Aracatiçu-CE**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p.

MATTEI, L. F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2007.

MELLO, G. C. F. C.; FIGUEIREDO, A. M. R. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Cuiabá-MT na ótica da nova economia institucional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, n. 1, p. 131-159, 2012.

MORAES, M. D.; SILVA, F. C.; GONZAGA, D. A.; SANT'ANA, A. L. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o caso da Microrregião de Andradina-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 71-90, 2013.

MULLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Campinas, v. 1, n. 1, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

QUEIROZ, R. F. N.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência

do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75-104.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 85-106, 2016.

TAVEIRA, L. R. S.; OLIVEIRA, J. T. A. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP. **RER**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 009-030, jan/mar, 2008.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013.

VELOSO, F.; HESPANHOL, R. A. M. O PAA na região de Dracena: da diversificação à especialização produtiva. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 34, p. 161-178, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, outubro, 2003.